

A assistência pública à população de rua na cidade de Franca: representações sociais e preconceitos. Ana Maria Ribeiro da Fonseca. Professor Doutor José Fernando Siqueira da Silva (Orientador). Curso De Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca.

A população adulta de rua constitui um segmento populacional bastante diverso, complexo e heterogêneo. É um campo de intervenção do profissional de serviço social com reduzida produção de conhecimento a respeito da temática. Nesse sentido, em nível de Serviço Social (inclusive), esse tema carece de maiores estudos. As recentes discussões acerca da problemática apontam um novo cenário para discutir o amplo segmento que atualmente denomina-se população de rua, tendo presente que a problemática assume novas expressões, diferentes formas e abrangência. Ao longo das épocas esse grupo populacional fora formado principalmente por mendigos e andarilhos. Atualmente também é formado por desempregados, por migrantes, por techeiros, por moradores de rua e por pessoas que vivem de forma permanente ou ocasional nas ruas das cidades.

Os estudos “clássicos” sobre o tema se centraram no mendigo - um dos principais e tradicionais grupos que constituem a população de rua - assim definido por STOFFELS (1977):

[...] aquele que, transitória ou permanentemente, dá continuidade à sua sobrevivência após a ruptura sofrida numa determinada formação social produzindo a doação ao solicitar dinheiro (ou, menos freqüentemente, outros bens), em vários pontos do espaço urbano transformado em território apropriado, de diversos tipos de população ou instituições que não são responsáveis pela sua subsistência; e isto sem que sua atividade no quadro de um processo de trabalho ou modo de vida seja reconhecida como prestação equivalente à esmola. (STOFFELS, 1977, p. 52).

Atualmente, porém, essa população é constituída principalmente por homens em idade economicamente ativa, com vínculos familiares debilitados, com freqüentes problemas de saúde, com baixo nível educacional, com ausência de documentos para identificação mínima, entre outras características que definem o conjunto de população de rua.

Embora se verifique um grande crescimento do número de pessoas nessa condição e os dados sobre o assunto sejam alarmantes, não se pode determinar seu número por não haver metodologia específica para quantificá-los considerando as próprias características desse segmento populacional, precipuamente a mobilidade. Assim, pelo próprio modelo de assistência que se configurou tendo como objetivos principais o fornecimento de passagem e o abrigo temporário, grande número de pessoas se desloca e percorre cidades acreditando serem recrutados pela construção civil e, principalmente, por trabalhos agrícolas. Vivem à deriva, à mercê da eventual caridade pública, desmoralizados, esfarrapados, lânguidos, carregando consigo pertences pessoais e mudas de roupa, perambulando sem destino certo. Nesse contexto, a bebida e o pedido se fizeram tenazes. Vagam sem rumo com poucos recursos e/ou com recursos assistenciais. Desenvolvem as mais variadas estratégias de sobrevivência desde a mendicância, o catar papelão, praticar qualquer atividade que gere rendimento, trabalhos temporários e outros.

A condição de rua gera, na população domiciliada, entre outros sentimentos, o de solidariedade que as dificuldades despertam e/ou aversão solicitando ao poder público que os remova das praças públicas, das casas abandonadas e dos prédios que ocupam. São percebidos como “vagabundos”, “loucos”, “bêbados irremediáveis”, “indolentes”, “vítimas do destino” e preconceitos de toda natureza. Tais preconceitos certamente estimulam ações violentas, tais como as que ocorreram em São Paulo e em cidades do interior que ganharam visibilidade nacional no ano de 2004, bem como freqüentes agressões verbais e violências a que estão expostos no cotidiano das ruas.

Vale registrar que a cidade de Franca gera e recebe grande número de pessoas que ficam expostas nas ruas, considerando que se trata de uma cidade - pólo calçadista - que dispõe de vagas no setor. A reestruturação produtiva que ainda impacta o setor, no entanto, reduziu sobremaneira os postos de trabalho, agravou o desemprego local com reflexos nas relações familiares e individuais. Debilitou as condições de vida ao precarizar as relações de trabalho e potencializar o uso da rua como espaço de morada. O atendimento assistencial público à população de rua na cidade é incumbência da instituição Abrigo Provisório “Antônio de Carvalho”, que fornece passagens mediante critérios de seleção, abrigamento temporário - geralmente restrito em três dias - alimentação, encaminhamento para clínicas de recuperação quando solicitado pelos usuários, retirada de documentos pessoais e outros serviços sócio-assistenciais elementares.

A instituição é coordenada, vinculada e subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social (SEDHAS) que executa ações previstas no Plano Municipal de Assistência conforme preconizam a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), SUAS (Sistema Único de Assistência) e ainda a PNAS 2004 (Política Nacional de Assistência Social). Tais legislações respaldam a assistência desde a sua redefinição a partir da Constituição de 1988. O trabalho junto à população de rua é colocado pela PNAS-2004 como de alta complexidade em virtude das características que esse grupo de pessoas assume, sobretudo em relação ao rompimento dos laços familiares e a ausência de espaços de sociabilização/proteção para esse segmento populacional, fato que sobreleva a responsabilidade do Estado no tocante ao enfrentamento da problemática.

O estudo proposto coloca em primeiro plano a análise das representações sociais na perspectiva moscoviciana, como objeto central de problematização. As representações situadas na área da psicologia social por Serge Moscovici, são conceituadas como uma constante reinvenção de situações, fazendo interagir indivíduo e sociedade, por meio de signos e símbolos, não suscetível de ser concebida como uma realidade externa ao sujeito, como se fossem meros reflexos mecânicos da realidade, meras cópias das impressões dos indivíduos sobre a realidade. Rompe, pois, com a dicotomia indivíduo/sociedade, erudito/popular, entendendo-as como parte de um processo de interação social (Moscovici, 1978).

Para o alcance dos objetivos almejados, analisaremos os relatórios anuais da área de assistência a fim de quantificar a população de rua sobre a qual se tem registro na instituição, no período de 1993, quando o Abrigo passa para o poder público, aos dias atuais. Procuraremos estudar as representações de assistentes sociais e autoridades da assistência pública que dão efetividade a política local de assistência à população de rua na cidade de Franca. Acreditamos que as representações/elaborações desses profissionais – além das condições objetivas – incidem diretamente na política prestada a esse segmento populacional.

Os sujeitos da pesquisa são os assistentes sociais aqueles que diretamente e continuamente entraram em contato no âmbito institucional com a grande diversidade da população de rua; além deles, os secretários da assistência, administradores/chefes da instituição, membros do Conselho de Assistência sendo representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, responsáveis pelo debate e pela elaboração da política de assistência local. Tais sujeitos constituem os principais atores a serem entrevistados objetivando colher as representações desses membros sobre a população de rua e, a partir destas, compreender a assistência social a ela prestada na cidade de Franca.

Pelas diferentes posições dos membros ligados à temática, a entrevista com esses atores será realizada por eixos temáticos que procurarão abranger aspectos relevantes e específicos de cada área de atuação tais como: orientação teórico-prática dos profissionais envolvidos, compreensão de cada um sobre a população de rua, a metodologia de trabalho utilizada, características da população de rua, avaliação do trabalho realizado, finalidades e dificuldades.

Esse estudo, portanto, aponta para as representações sociais como instrumentalizadoras da prática assistencial desenvolvida com esse grupo de pessoas severamente marginalizado. Isso rebate na formulação da política adotada na cidade, seja no sentido da contemporânea concepção de assistência como direito social com vistas à emancipação humana, seja como prática reguladora, discriminatória e repressiva.

Referência Bibliográfica Básica

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin: Quem vocês pensam que (eles) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. Revista Psicologia e Sociedade, vol.16 n.2, Porto Alegre, maio/agosto de 2004, pp.03-05.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf> consultado em 27 de setembro de 2005.

VIEIRA, Maria A, C., BEZERRA, Eneida M. R., ROSA, CLEISA, M. M. (Org.). **População de rua quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. Caderno CRH, Salvador, n.30/31, p. 111-134, jan/dez, 1991.